

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS  
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL**

**Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º50/2012, de 31 de Agosto, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2015, da **Ribeira Grande Mais – Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, Sociedade Unipessoal, S.A., E.M (em liquidação)**, consistindo, nos Planos anuais de atividades, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e balanço previsional.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

**Âmbito**

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

  
Marques da Cunha, Arlindo Duarte e  
Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
PORTO Sede - Rua

Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO • PORTUGAL  
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

# Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

## Parecer

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

7. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## Ênfase

8. Sem afetar o parecer expresso nos parágrafos anteriores chamamos a atenção para o facto da Informação financeira previsional cumprir o disposto no artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

Porto, 20 de Outubro de 2014

Marques da Cunha, Arlindo Duarte e  
Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
PORTO

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC nº 52

representada pelo Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC No. 859